



2º SIMULADO ESPECIAL

Câmara dos Deputados

Analista Legislativo
Contador
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial Câmara dos Deputados (Analista Legislativo – Contador)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso da Câmara dos Deputados (Analista Legislativo – Contador);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Camara-Contador-05-11>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) | 105 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) | 106 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 81 - (A)(B)(C)(D)(E) | 107 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 82 - (A)(B)(C)(D)(E) | 108 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 83 - (A)(B)(C)(D)(E) | 109 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 84 - (A)(B)(C)(D)(E) | 110 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 85 - (A)(B)(C)(D)(E) | 111 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 86 - (A)(B)(C)(D)(E) | 112 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 87 - (A)(B)(C)(D)(E) | 113 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 88 - (A)(B)(C)(D)(E) | 114 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 89 - (A)(B)(C)(D)(E) | 115 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 90 - (A)(B)(C)(D)(E) | 116 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) | 91 - (A)(B)(C)(D)(E) | 117 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) | 92 - (A)(B)(C)(D)(E) | 118 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) | 93 - (A)(B)(C)(D)(E) | 119 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) | 94 - (A)(B)(C)(D)(E) | 120 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) | 95 - (A)(B)(C)(D)(E) | 121 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) | 96 - (A)(B)(C)(D)(E) | 122 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) | 97 - (A)(B)(C)(D)(E) | 123 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) | 98 - (A)(B)(C)(D)(E) | 124 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) | 99 - (A)(B)(C)(D)(E) | 125 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) | 100 - (A)(B)(C)(D)(E) | 126 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) | 101 - (A)(B)(C)(D)(E) | 127 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) | 102 - (A)(B)(C)(D)(E) | 128 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) | 103 - (A)(B)(C)(D)(E) | 129 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) | 104 - (A)(B)(C)(D)(E) | 130 - (A)(B)(C)(D)(E) |

LÍNGUA PORTUGUESA*Felipe Luccas*

01. Falácias são argumentos ou raciocínios incorretos que podem ser enganosos, ilógicos ou falsos. Elas são frequentemente usadas na retórica para persuadir ou influenciar, mas não são válidas do ponto de vista lógico.

Considere a sentença abaixo.

O piloto recém-contratado da equipe deve ser imbatível, pois seu pai foi tricampeão mundial!

Esse segmento argumentativo se apoia em um raciocínio falso, que é

- a) inversão entre causa e consequência.
- b) confusão entre opinião e fato.
- c) troca de expectativa por realidade.
- d) emprego de uma falsa analogia.
- e) divisão entre dois extremos.

02. “Estudei com afinco, dediquei horas ao exame, e consegui a aprovação.”

Os compêndios gramaticais ensinam que orações introduzidas por “e” têm valor aditivo. Na passagem acima, porém, a oração sublinhada contrai, em relação à sequência anterior, um valor semântico adicional, que se soma ao seu significado aditivo básico.

Esse valor adicional está corretamente identificado na seguinte alternativa:

- a) causa;
- b) finalidade;
- c) correlação;
- d) consequência;
- e) alternância.

03. Leia o texto a seguir.

“O uso excessivo do álcool a longo prazo pode causar problemas ainda maiores ao organismo. Estimula a irritação da mucosa estomacal, causando a gastrite, aumento da pressão arterial, problemas cardiovasculares, hepatite, cirrose, distúrbios do sistema

nervoso e danos a órgãos como fígado, coração e pâncreas.”

O argumento utilizado nesse texto

- a) está baseado em dados e fatos.
- b) apela para a intimidação do leitor.
- c) é um argumento de autoridade.
- d) é afetivo, apelando para a moral do receptor.
- e) está fundamentado em valores sociais atléticos.

04. Identifique a alternativa que NÃO apresenta ambiguidade:

- a) "Ele viu o homem com o telescópio."
- b) "O professor disse ao aluno que ele tinha talento."
- c) "Eu não gosto de estudar como meu irmão."
- d) "O menino viu o irmão com binóculos."
- e) "O livro que seu irmão comprou é muito interessante."

05. Assinale a frase cujo conectivo sublinhado está corretamente classificado.

- a) "Os alunos estudaram com dedicação, assim conseguiram boas notas." - aditivo
- b) "O tempo estava chuvoso, embora a previsão fosse de sol." - adversativo
- c) "Ele se atrasou para a reunião, porque esqueceu o celular em casa." - explicativo
- d) "Ela gostava de ler romances, por conseguinte tinha uma coleção enorme." - conclusivo
- e) "Ele não comeu o jantar, logo estava com fome." - temporal

06. Assinale a frase em que a preposição COM mostra valor de “companhia”.

- a) Irei ao baile dos aprovados com meu traje de gala.
- b) O psiquiatra trabalha com pacientes bipolares.
- c) Todo mundo ali está com medo do escuro.
- d) Ela naturalmente foi ao concerto com seu pai.
- e) Ela precisou faltar ao trabalho com o filhinho doente.

07. Assinale a frase a seguir que, diferentemente das demais, não se estrutura numa oposição.

- a) "A democracia valoriza a liberdade; a ditadura, a opressão."
- b) "Os sábios aconselham, os insensatos desobedecem."
- c) "Ele elogiou a atitude do colega, mas criticou o comportamento do chefe."
- d) "A tolerância é a chave para a paz, não a ignorância."
- e) "A chuva é benéfica para as plantas; o fogo, prejudicial."

08. Assinale a frase abaixo que não exemplifica uma construção de voz passiva.

- a) "O artista tem pintado retratos incríveis da paisagem montanhosa."
- b) "O livro fora lido por muitas pessoas em todo o mundo."
- c) "Descobriu-se uma nova espécie de planta na Amazônia."
- d) "A música composta pelo talentoso compositor foi esquecida."
- e) "A casa foi cercada de policiais naquela noite".

09. Assinale a frase em que o diminutivo sublinhado não mostra valor negativo.

- a) "Ela é uma mulherzinha que não sabe o que está fazendo."
- b) "O governo aumentou os impostinhos novamente."
- c) "Vamos dar aquela cochiladinha de leve e levantar novos."
- d) "Essa multinha que recebi no trânsito foi uma verdadeira bênção."
- e) "Ele deu um dinheirinho e achou que podia resolver tudo."

10. Os verbos de ligação indicam estados (estado permanente, estado transitório, aparência de estado, continuidade de estado e mudança de estado).

Assinale a frase em que o verbo ESTAR é classificado como verbo de ligação.

- a) O segredo do sucesso está na constância do objetivo.
- b) O futuro de todos nós está sempre nas mãos do acaso.
- c) Pessoas muito sinceras estão sempre perto de causar mágoas.
- d) Quem não sabe onde está se perde sem se mover.
- e) O futuro está misturado com o presente de forma indelével

11. Considere os fragmentos de texto abaixo.

"O plano parecia perfeito, não fosse um problema: a polícia local era muito diligente."

"Os estudos sobre inflação são duvidosos: pesquisadores com metodologias e ideologias diferentes chegam a resultados conflitantes."

Nas passagens acima, os dois-pontos são usados para introduzir, respectivamente:

- a) uma exemplificação e uma ênfase;
- b) uma restrição e um clímax;
- c) uma modalização e uma síntese;
- d) uma previsão e uma ressalva;
- e) uma especificação e uma justificativa.

12. Muitas locuções adjetivas podem ser substituídas por adjetivos.

Assinale a opção em que essa substituição é adequada.

- a) Um homem de caráter é raro hoje em dia/característico
- b) As cachorras de raça são caríssimas/racistas
- c) O professor de matemática saiu/matemático
- d) O amor de filho é condicional/filial
- e) As crises do estudante causaram internação/estudantil

13. Assinale a frase em que só uma das formas do pronome demonstrativo destacado é cabível.

- a) Se exerço a presidência da empresa há 10 anos, é porque essa/esta é a preferência da diretoria.
- b) É difícil fazer comparações. Respeito a história original e a adaptação, mas prefiro esta/essa àquela.
- c) Todos temos que trabalhar e cumprir responsabilidades. Mas isto/isso não significa que deixaremos de dormir.
- d) Cada dia mais, as pessoas ficam impacientes com o tédio; só que esse/este não é o maior problema.
- e) Os juros estão altos e a inflação não está caindo. É isto/isso que parece preocupar o governo.

14. Assinale a opção em que a palavra bastante exemplifica uma classe de palavra diferente da das demais frases, indicando intensidade e não quantidade.

- a) Estudamos bastante tempo durante o curso.
- b) Bastante dinheiro foi investido na educação.
- c) Trabalhamos bastante durante o expediente.
- d) Não quero mais atenção. Tenho bastante.
- e) Todos ficaram com bastante raiva depois.

15. "Visam promover a comercialização. O enunciador procura vender determinado produto, utilizando-se de estratégias adequadas ao público-alvo do produto a ser vendido. Ele tem um "interesse a defender".

O enunciado acima sintetiza a finalidade de um texto:

- a) propagandístico;
- b) publicitário;
- c) argumentativo;
- d) dissertativo;
- e) injuntivo

LÍNGUA INGLESA

Adolfo Sá

US announces 'strongest global action yet' on AI safety

The White House has announced what it is calling "the most significant actions ever taken by any government to advance the field of AI safety".

An executive order from President Joe Biden requires Artificial Intelligence (AI) developers to share safety results with the US government.

It places the US at the centre of the global debate on AI governance.

The UK government is this week holding a summit on AI safety, hosted by Prime Minister Rishi Sunak.

The two-day meeting begins on 1 November at Bletchley Park. It has been prompted by concerns that the rapid advance of AI systems could lead to problems such as the development of more deadly bio-weapons and more paralysing cyber-attacks.

Announcing the safety measures, Mr Biden vowed to "harness the power of AI while keeping Americans safe".

'Not enough teeth'

The tech entrepreneur and AI expert Gary Marcus told the BBC the US announcement seemed more ambitious in its scope.

"Biden's executive order sets a high initial bar. The executive order is broad, focusing on both current and long-term risks, with some - though probably not enough - teeth," he said.

"The UK summit seems to have greatly narrowed its focus, primarily focusing around the long-term risk, with not enough focus on the here and now, and it's just not clear how much with teeth will come out of it, or what authority it really has."

Alex Krasodonski, senior research associate at Chatham House, told the BBC the executive order showed the US considered itself the leader in terms of how to address such threats.

On Monday, Mr Biden told reporters and tech workers at the White House: "As artificial intelligence expands the boundary of human possibility, and tests the bounds of human understanding, this landmark executive order is a testament to what we stand for.

"Safety, security, trust, openness, American leadership and the undeniable rights endowed by our creator that no creation can take away."

<https://www.bbc.com/news/technology-67261284>

16. According to the text, President Joe Biden

- a) mandated that developers of Artificial Intelligence (AI) must disclose safety outcomes to the U.S. government.
- b) suggested that AI developers have the option to keep safety results confidential from the U.S. government."
- c) Stated that AI developers are not obligated to share safety results with the U.S. government.
- d) encouraged AI developers to voluntarily share safety outcomes with the U.S. government.
- e) Stated that AI developers are required to keep their safety results private and not disclose them to the U.S. government.

17. The summit on AI safety raised worries that AI systems lead to

- a) the stagnation of less potent biological weapons and less damaging cyberattacks.,
- b) the development of less lethal biological weapons and less disruptive cyberattacks.
- c) the evolution of increasingly lethal biological weapons and more crippling cyberattacks.
- d) the emergence of more defensive measures against lethal biological weapons and cyberattacks.
- e) the focus on preventive measures against deadly biological weapons and cyberattacks.

18. READ THE PARAGRAPH BELOW.

The two-day meeting begins on 1 November at Bletchley Park. It has been prompted by concerns that the rapid advance of AI systems could lead to problems such as the development of more deadly bio-weapons and more paralysing cyber-attacks.

The word DEADLY is a(n)

- a) adverb.
- b) Verb.
- c) Noun.
- d) Adjective.
- e) Pronoun.

19. READ THE PARAGRAPH BELOW.

Announcing the safety measures, Mr Biden vowed to "harness the power of AI while keeping Americans safe".

The verb that could replace HARNESS, without changing its meaning, is

- a) Neglect
- b) Waste
- c) Misuse
- d) forsake
- e) control

20. READ THE SENTENCE BELOW.

Biden's executive order sets a high initial bar.

The sentence means that

- a) The executive order from Biden sets a minimal baseline.
- b) Biden's executive order establishes a lofty starting point.
- c) The initial standard set by Biden's executive order is relatively low.
- d) Biden's executive order establishes a meager initial standard.
- e) The starting point defined by Biden's executive order is unimpressive.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

21. O Projeto de Lei nº YY foi aprovado pelas duas Casas do Congresso Nacional e enviado ao Presidente da República. Feita a análise pelos Ministérios que atuavam nas respectivas temáticas, o Chefe do Poder Executivo concordou com uma parte do Projeto e entendeu que a outra contrariava o interesse público, motivo pelo qual após veto. Nesse caso, a respeito da parte incontroversa do projeto, o Presidente da República deve

- a) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da manutenção, ou não, do veto, para que a lei seja promulgada em ato único.
- b) promulgar a parte incontroversa do projeto, que não foi sancionada, antes mesmo da manifestação ou da rejeição do veto pelo Poder Legislativo.
- c) aguardar finalização do processo legislativo, com a manifestação do Poder Legislativo a respeito do veto, e promulgar, juntas, a parte incontroversa do projeto e a que teve o veto derrubado.
- d) promulgar a parte incontroversa do projeto, que foi sancionada, sendo que a rejeição do veto, pelo Poder Legislativo, dará origem a uma nova lei.
- e) aguardar a manifestação do Poder Legislativo a respeito da rejeição, ou não, do veto, de modo que promulgação da lei seja feita pelo Presidente do Congresso Nacional.

22. Sobre o princípio da "vedação ao retrocesso social" e sua importância no contexto do Direito Constitucional brasileiro, indique a alternativa correta.

- a) É o princípio que proíbe o Estado de reduzir direitos sociais já conquistados, garantindo a manutenção e o aperfeiçoamento das conquistas sociais alcançadas. Sua importância está relacionada à proteção e à preservação dos avanços sociais, impedindo que retrocessos comprometam a dignidade humana e os direitos fundamentais dos cidadãos.

b) É o princípio que veda a desaplicação de direitos sociais a determinados grupos minoritários, preservando o *status quo* e a estabilidade das relações sociais. Sua importância está relacionada à manutenção da ordem social, evitando mudanças bruscas que possam gerar instabilidade.

c) É o princípio que assegura a revisão periódica dos direitos sociais previstos na Constituição, permitindo que sejam atualizados conforme as necessidades e o contexto socioeconômico vigente. Sua importância está relacionada à flexibilidade e adaptabilidade das normas sociais.

d) É o princípio que veda o Estado a retroceder em relação aos direitos sociais, salvo quando houver crises econômicas ou emergências, possibilitando ajustes temporários para garantir a estabilidade financeira. Sua importância está relacionada à responsabilidade fiscal e à gestão das contas públicas.

e) É o princípio que permite ao Congresso Nacional revogar, apenas em casos específicos, direitos sociais que estejam gerando ônus excessivo ao Estado, visando ao equilíbrio financeiro e à redução de despesas públicas. Sua importância está relacionada ao equilíbrio entre a contenção de gastos governamentais e a manutenção dos direitos sociais.

23. Ana e Maria são casadas com Prefeitos de dois municípios do Estado Alfa. Ana não possui mandato eletivo e seu esposo já está no segundo mandato consecutivo. Ana pretende concorrer a vereadora no município em que seu cônjuge é o Chefe do Executivo. Maria se divorciou de José no terceiro de seu mandato como Prefeito. Nas próximas eleições, Maria pretende concorrer a Prefeita do mesmo município em que José exerce seu mandato. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- a) Ana e Maria não estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- b) Apenas Maria está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- c) Apenas Ana está inelegível para concorrer ao referido cargo eletivo.
- d) Ana e Maria estão inelegíveis para concorrer aos referidos cargos eletivos.
- e) A inelegibilidade de Ana, para concorrer ao referido cargo, só seria afastada se o casamento tivesse terminado no primeiro ano do mandato.

24. João, grande produtor de soja, influente politicamente, foi denunciado por diversos crimes contra a ordem econômica. Em sessão plenária, mais da metade dos membros do Tribunal de Justiça se declarou em condição de suspeição, por foro íntimo, para atuação no feito. Diante do caso narrado, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e consoante redação expressa da Constituição Federal, a competência para julgar João é

- a) do Superior Tribunal de Justiça
- b) do próprio Tribunal de Justiça, que deverá convocar desembargadores substitutos.
- c) do Tribunal Regional Federal da respectiva região.
- d) do Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz de Direito.

25. A União, ao legislar sobre registros públicos, assegurou a gratuidade dos assentos do registro civil de nascimento e o de óbito e da primeira certidão respectiva. A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) contra a edição da lei, ajuizou ação direta de inconstitucionalidade sob argumento de que houve ofensa ao princípio da proporcionalidade. A respeito do tema, aponte a alternativa correta.

- a) A referida lei é inconstitucional, uma vez que configura ilegítima intervenção estatal nos serviços exercidos em caráter privado, conforme prevê o artigo 236 da Constituição Federal.
- b) Compete à União apenas fixar normas gerais acerca de registros públicos, sendo da competência estadual a criação das normas específicas.
- c) A atividade desenvolvida pelos titulares das serventias de notas e registros é empresarial e sujeita-se a um regime de direito privado, de modo que fere o princípio da proporcionalidade a exigência de que o particular cumpra obrigação do Poder Público de fornecer certidões gratuitamente.
- d) Os estados poderão legislar sobre normas específicas de registros públicos, caso a União faça a delegação de competência por meio de lei complementar.
- e) A Associação dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) não tem legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS*Emerson Douglas*

26. Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos Partidos ou Blocos Parlamentares que participem da Câmara. Sobre a eleição da Mesa, nos termos de seu Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), e sob a luz da Constituição Federal de 1988 (CF), encontre a única alternativa correta.

- a) A deputada Pitty Leone disse que os partidos e blocos escolherão seus candidatos aos cargos da Mesa que lhes caibam, de acordo com o princípio da representação proporcional, permitidos candidatos avulsos de outras bancadas.
- b) Na eleição da Mesa será realizado segundo escrutínio com os dois mais votados para cada cargo, quando, no primeiro, não se alcançar a maioria absoluta. Caso haja empate nessa segunda votação, haverá terceiro escrutínio.
- c) O presidente da Câmara, Humberto Gessinger, é quem deverá proclamar o resultado final da eleição para cada cargo da Mesa. Ele também terá de marcar imediatamente a data de posse solene dos recém-eleitos.
- d) No caso de avaria do sistema eletrônico de votação, a eleição da Mesa deverá ser transferida para o próximo dia útil. Caso a votação eletrônica ainda não seja possível, serão usadas cédulas impressas ou datilografadas.
- e) Em uma votação por cédulas, haverá a colocação, em cabina indevassável, das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto. Essas sobrecartas serão colocadas em quatro urnas, à vista do Plenário, explicou o analista Renato Russo.

27. O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) estabelece as competências do presidente, da Mesa e dos seus membros. Sobre esse tema, analise as assertivas e marque a única certa nos termos do RICD e da CF.

- a) O Primeiro Secretário da Câmara, Saulo Fernandes, é quem deve anunciar o projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões e a fluência do prazo para interposição do recurso.
- b) Compete à presidente da Câmara, Ivete Sangalo, anunciar o resultado da votação. No entanto, cabe à Mesa declarar a prejudicialidade de certa proposição.
- c) A presidente Ivete terá de organizar, ouvido o Colégio de Líderes, a agenda com a previsão das proposições a serem apreciadas no mês subsequente, para distribuição aos deputados.
- d) Designar a Ordem do Dia das sessões, na conformidade da agenda mensal, é competência da presidente Ivete Sangalo. O RICD não permite quaisquer alterações ao previsto na agenda.
- e) Aplicar censura verbal ou escrita a deputado é uma competência da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, afirmou o analista legislativo Bell Marques.

28. Compete ao Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral ou Sexual (Comitê) receber denúncias de Parlamentares, de servidoras efetivas, de comissionadas, de terceirizadas, de estagiárias e de visitantes da Câmara contra assédio moral ou sexual, observadas algumas regras estabelecidas no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD). Sobre os órgãos que compõem a Secretaria da Mulher, analise as assertivas e crave a correta.

- a) Mesmo se não houver fundados motivos para o encaminhamento da denúncia de assédio, o relatório do Comitê não poderá ser arquivado, explicou Lester Burnham, do Partido da Beleza Americana.
- b) O Comitê de Defesa da Mulher contra Assédio Moral ou Sexual não poderá preservar a identidade das partes ou de quem prestar depoimento, alertou Rick Deckard, do Partido dos Androides.
- c) Caso o denunciante seja homem, o Comitê também poderá receber denúncias de assédio, observados os mesmos procedimentos, podendo, ainda, a pedido, designar integrante do sexo masculino para compor o Comitê de forma perene.
- d) A Procuradoria da Mulher será constituída de uma Procuradora e de duas Procuradoras Adjuntas, eleitas pelas deputadas da Casa, na 1ª e na 3ª sessões legislativas da legislatura, com mandato de dois anos, vedada a recondução.
- e) Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em legislaturas diferentes, ainda que sucessivas. Dessa forma, a atual Procuradora da Mulher, deputada Amy Dunne, não poderá ser mantida para o biênio 2025-2026.

29. Para a manutenção da ordem, respeito e austeridade das sessões, serão observadas diversas regras. Nos termos do RICD, marque a correta sobre as sessões da Câmara dos Deputados.

- a) Referindo-se em discurso a colega, o Deputado Moraes Moreira deverá fazer preceder o seu nome do tratamento de Magnificência ou de Alteza. Mas quando a ele se dirigir, o Deputado Moreira dar-lhe-á o tratamento de Excelência.
- b) A qualquer pessoa é vedado fumar no recinto do Plenário, com exceção de ervas medicinais expressamente aprovadas por Ato da Mesa, observou o consultor legislativo Alceu Valença.
- c) No recinto do Plenário, durante as sessões, haverá lugares na tribuna de honra reservados para convidados, como Martinho da Vila, e membros do Corpo Eclesiástico, bem como para os jornalistas credenciados.
- d) Nas sessões solenes, quando permitido o ingresso de autoridades no Plenário, os convites serão feitos de maneira a assegurar aos convidados lugares determinados, mas não é necessária essa providência aos Deputados da Casa.
- e) Nenhum discurso poderá ser interrompido ou transferido para outra sessão, salvo se findo o tempo a ele destinado, ou da parte da sessão em que deve ser proferido, e em diversas hipóteses regimentais.

30. O Deputado poderá obter licença para desempenhar missão temporária de caráter diplomático ou cultural, bem como para tratamento de saúde, entre outras hipóteses. Nos termos do RICD, encontre a alternativa correta sobre as licenças dos parlamentares no âmbito da Câmara.

- a) O deputado pode se licenciar para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias, ensinou Francisco Alves, do Partido Bota o retrato do velho no mesmo lugar.
- b) A licença a deputado será concedida pelo Presidente da Câmara, Ismael Silva, do Partido do Samba, em todas as hipóteses de afastamentos.
- c) Para obtenção ou prorrogação da licença médica, será necessário laudo de inspeção de saúde, firmado por três médicos da Câmara ou do Senado, com a expressa indicação de que o paciente não pode continuar no exercício de seu mandato.
- d) Em caso de incapacidade civil absoluta, julgada por sentença de interdição ou comprovada por laudo médico de junta nomeada pela Mesa da Câmara, será o Deputado suspenso do exercício do mandato, sem perda da remuneração.
- e) A junta para avaliar a incapacidade deverá ser constituída, no mínimo, de três médicos de reputada idoneidade profissional, pertencentes aos serviços da Câmara ou do Senado, observou Jamelão, do Partido da Mangueira.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

31. Acerca das agências reguladoras e suas características no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta:

- a) são entidades administrativas vinculadas às autarquias especiais e desprovidas de personalidade jurídica própria.
- b) a sua natureza especial é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica,

pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.

- c) as agências reguladoras são as autarquias ou fundações públicas qualificadas pelo chefe do Executivo que celebram contrato de gestão com órgão da administração pública.
- d) por possuírem independência, não se submetem ao controle externo realizado pelos tribunais de contas.
- e) os membros do colegiado das agências reguladoras são nomeados pelo chefe do Executivo para o exercício de suas funções por prazo indeterminado.

32. Nos termos da Constituição Federal de 1988, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Acerca das formas de controle da administração pública, assinale a opção correta:

- a) o controle legislativo não incide sobre os atos praticados pelo Poder Judiciário, dada a previsão constitucional de autonomia financeira desse poder.
- b) o controle interno será realizado apenas após a prática dos atos, evitando-se a manutenção de atos que causem desperdício ou uso indevido de recursos públicos.
- c) o Tribunal de Contas possui competência emitir parecer prévio acerca das contas do Presidente da República, não cabendo o julgamento ficto dessas contas por decurso de prazo.
- d) as decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo, cuja execução caberá ao próprio Tribunal, após o decurso do prazo de noventa dias sem as providências cabíveis.
- e) os contratos devem ser sustados diretamente pelos Tribunais de Contas, quando verificada ilegalidade e não atendidas as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

33. O sistema de registro de preços é o conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras. De acordo com a disciplina estabelecida pela Lei nº 14.133/2021 sobre o tema, é correto afirmar:

- a) é vedado o estabelecimento de preços diferentes, mesmo que o objeto seja entregue em locais diferentes.
- b) é permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, nos casos de alimentos perecíveis.
- c) é inviável a utilização do sistema de registro de preços nas hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
- d) a ata de registro de preços ficará vigente por um ano, admitida prorrogação, desde que o prazo máximo não ultrapasse os limites dos prazos contratuais definidos na Lei nº 14.133/2021.
- e) a contratação da execução de obras pelo sistema de registro de preços somente será permitida para objetos não padronizáveis, sem complexidade técnica e operacional.

34. Suponha que determinado órgão público tenha firmado contrato de serviços contínuos de manutenção de equipamentos, com vigência de dez meses e sem envolver a contratação de mão de obra. Referido contrato não possuía cláusula prevendo o reajustamento dos preços. Porém, em razão dos efeitos da inflação, após constatar a diminuição do poder de compra dos valores inicialmente pactuados, a sociedade empresária contratada requisitou o reajustamento dos preços após o decurso de seis meses desde a elaboração do orçamento estimado.

Acerca da situação hipotética acima e com base no que dispõe a Lei nº 14.133/2021 sobre os contratos administrativos, a Administração Pública deverá, diante do pedido de reajustamento em sentido estrito:

- a) atender ao pedido e conceder o reajuste, pois o contratado faz jus à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que foi comprometido em razão da inflação.
- b) rejeitar o pedido, em razão da ausência de previsão contratual e independentemente do momento em que o pedido foi formulado, uma vez que não há obrigatoriedade legal de concessão de reajuste.
- c) rejeitar o pedido em razão do momento em que foi formulado, uma vez que a legislação somente admite o reajuste após o decurso de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.
- d) revisar o contrato, mediante aditamento, promovendo a alteração contratual com atualização do valor, devendo dar publicidade ao aditamento da mesma forma como procedeu a divulgação do contrato.
- e) não houve ilegalidade em razão da ausência de previsão de cláusula de reajuste, uma vez que o prazo contratual é inferior a um ano.

35. Jorge é agente público e foi indicado em representação por supostamente praticar ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito. A representação foi devidamente instruída com os requisitos legais, o que ensejou a instauração do inquérito civil no âmbito do Ministério Público, com conseqüente propositura de ação de improbidade administrativa. Durante a tramitação da ação, Jorge questionou o seu advogado sobre a possível prescrição, sendo-lhe corretamente informado que:

- a) as ações destinadas a levar a efeitos as sanções na Lei de Improbidade podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
- b) a instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na Lei de Improbidade interrompe o curso do prazo prescricional por cento e oitenta dias.
- c) o inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo improrrogável de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos.
- d) o prazo da prescrição da ação de improbidade, que é de oito anos, é interrompido pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa, recomeçando a correr do dia da interrupção, pela metade do prazo prescricional original.
- e) a publicação da sentença absolutória interrompe o prazo prescricional.

36. Suponha que João tenha sido atingido por uma bala perdida durante um confronto entre policiais e criminosos. Nessa situação, é correto afirmar, acerca da responsabilidade civil estatal, com base em entendimento dos tribunais superiores que:

- a) se a perícia for inconclusiva sobre a origem do disparo, ficará excluída a responsabilidade civil estatal, em razão da ausência da comprovação do nexo causal entre a ação estatal e o dano.
- b) no caso de vítima atingida por projétil de arma de fogo durante uma operação policial, é dever do Estado, em decorrência de sua responsabilidade civil objetiva, provar a exclusão do nexo causal entre o ato e o dano, pois ele é presumido.
- c) o Estado responde objetivamente, desde que comprovado o dolo ou culpa no desfecho trágico da operação policial.
- d) a responsabilidade nesse caso é objetiva e integral, sendo incabível a demonstração das excludentes de ilicitude.
- e) a ação de agentes estatais munidos de armamento letal, em área urbana densamente povoada, deflagrando ou reagindo a confronto com criminosos, demonstra que o Estado assumiu o risco do resultado, devendo responder subjetivamente caso o particular prove o dolo ou a culpa dos agentes envolvidos.

37. Acerca dos princípios e critérios que regem o processo administrativo em âmbito federal, com base na Lei nº 9.784/1999 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção correta:

- a) o princípio do informalismo ensina que o processo administrativo pode ser instaurado por iniciativa da própria Administração (de ofício), independentemente de iniciativa dos particulares.
- b) em razão do princípio da gratuidade, é vedada a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo, salvo expressa previsão legal.
- c) o processo administrativo deve sujeitar-se ao princípio da solenidade das formas, segundo o qual está sujeito a formas rígidas, devidamente previstas em lei.
- d) em razão do princípio da verdade material, admite-se a utilização de provas ilícitas, desde que não sejam produzidas no processo administrativo, mas fornecidas judicialmente em outros procedimentos, como na ação penal, quando servirem para elucidar os fatos apurados.
- e) após ser concluída a instrução do processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada, em atenção ao princípio da razoável duração do processo.

38. Ao servidor federal é assegurada licença por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial, nos termos da Lei nº 8.112/1990. Com base nas disposições do Estatuto, é correto afirmar:

- a) a licença será deferida mesmo que a assistência direta do servidor seja dispensável.
- b) o servidor faz jus à licença, desde que possa prestar a assistência ao parente simultaneamente com o exercício do cargo.

c) a licença, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses, por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor.

d) o servidor faz jus à licença por até 90 (noventa) dias consecutivos, mantida sua remuneração.

e) a licença poderá ser concedida a cada período de doze meses, que terá seu início contado a partir de cada período de licença concedido.

39. De acordo com a Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527/2011 – acerca dos prazos e condições estabelecidos para o órgão ou entidade pública responder a um pedido de informação, é correto afirmar que:

a) o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.

b) se não for possível conceder o acesso imediato, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, no prazo improrrogável de cinco dias, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão.

c) no prazo improrrogável de vinte dias, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá indicar as razões de fato ou de direito da recusa, total ou parcial, do acesso pretendido.

d) o acesso deve ser concedido imediatamente, inclusive quando se tratar de informação total ou parcialmente sigilosa, vedada a interposição de recursos.

e) é vedado o fornecimento de informações armazenadas em formato digital.

40. Com relação aos conceitos e princípios que regem a administração pública, assinale a opção correta:

- a) a partir da Constituição de 1988, o princípio da moralidade passou a integrar o rol de princípios constitucionais, e, assim como o princípio da legalidade, sobrepõe-se aos demais.
- b) o princípio da publicidade ganhou destaque e foi incluído no texto constitucional após a publicação da Lei de Acesso à Informação.
- c) um dos sentidos do princípio da legalidade, denominado estrita legalidade, consiste no fato de que a Administração só poderá agir quando houver previsão legal.
- d) é unânime o entendimento de que o princípio da eficiência autoriza que, de forma excepcional, a Administração deixe de aplicar as regras legais, se isso se mostrar mais relevante ao atendimento do interesse público.
- e) encontra fundamento no princípio da impessoalidade a utilização de símbolos que caracterizem a promoção pessoal de autoridades para divulgação de atos e programas de governo.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

41. Considere a afirmação I como sendo FALSA e as outras três afirmações como sendo

VERDADEIRAS.

- I. Lucas é médico ou Marina não é enfermeira.
- II. Se Arnaldo é advogado, então Lucas não é médico.
- III. Ou Otávio é engenheiro, ou Marina é enfermeira, mas não ambos.
- IV. Lucas é médico ou Paulo é arquiteto.

A partir dessas informações, é correto afirmar que

- a) Paulo não é arquiteto ou Marina não é enfermeira.
- b) Marina é enfermeira e Arnaldo não é advogado.
- c) Se Lucas não é médico, então Otávio é engenheiro.
- d) Otávio é engenheiro e Paulo não é arquiteto.
- e) Arnaldo é advogado ou Paulo é arquiteto.

42. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

Uma pesquisa realizada com um grupo de 35 papiloscopistas da polícia federal a respeito da atividade A — identificação de vítimas — e da atividade B — descoberta de crimes de falsificação — revelou que 29 gostam da atividade A e 28 gostam da atividade B.

Com base nessas informações, resolva as questões 43 e 44.

43. Qual é a quantidade máxima de papiloscopistas desse grupo que não gosta de nenhuma das duas atividades?

- a) 5
- b) 7
- c) 8
- d) 4
- e) 6

44. Infere-se dos dados que a quantidade mínima de papiloscopistas desse grupo que gostam das duas atividades é igual a:

- a) 20
- b) 21
- c) 22
- d) 23
- e) 24

45. Para executar a tarefa de confecção de 111 vestidos, três costureiras dividiram o total de vestidos entre si, na razão inversa de suas respectivas idades: 24, 30 e 36 anos. Assim sendo, a costureira de 30 anos fez

- a) 2 vestidos a mais do que o de 24 anos.
- b) 4 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- c) 4 vestidos a menos do que o de 24 anos.
- d) 6 vestidos a menos do que o de 36 anos.
- e) 9 vestidos a menos do que o de 24 anos.

46. Em uma festa de casamento com 126 pessoas, o número de homens era o dobro do de mulheres. Dos homens, 22 usavam terno e não usavam relógio, e o total dos que usavam relógio era igual a 42. Das mulheres, havia tantas que não usavam vestido quanto o número de homens que não usavam nem terno e nem relógio. Sabendo-se que 7 mulheres usavam vestido e relógio, o número de mulheres que usavam vestido mas não usavam relógio era igual a

- a) 10.
- b) 17
- c) 15.
- d) 5.
- e) 21.

47. Para realizar uma pesquisa, um órgão público irá fazer um conjunto de visitas domiciliares, tenha sido selecionada, de um grupo de 10 servidores, uma equipe composta por um supervisor, um coordenador e quatro pesquisadores. Se todos os servidores do grupo forem igualmente hábeis para o desempenho de qualquer uma dessas funções, de quantas maneiras distintas a equipe poderá ser formada?

- a) 12.600
- b) 6.300
- c) 1.050
- e) 210
- e) 120

48. Suponha que 4 livros de Direito Constitucional e 6 livros de Direito Administrativo devam ser acomodados em uma estante, de modo que um fique ao lado do outro. Se dois livros forem escolhidos aleatoriamente entre os 10, então a probabilidade de pelo menos um deles ser de Direito Constitucional é igual a:

- a) $1/3$
- b) $2/3$
- c) $3/4$
- d) $1/5$
- e) $4/5$

49. Foi pedido a três meninas que anotassem em um papel um número inteiro maior do que zero. Mônica anotou um número menor do que 8, Lara anotou um número menor do que 7 e Sônia anotou um número menor do que 9. O número de possibilidades para o resultado da soma dos números anotados por essas três meninas é

- a) 19.
- b) 18.
- c) 72.
- d) 124.
- e) 360.

50. Num certo ano, o primeiro dia caiu numa terça-feira e o último dia caiu numa quarta-feira. Neste ano, o dia do trabalho, ou seja, primeiro de maio caiu em um(a):

- a) quarta-feira
- b) quinta-feira
- c) sexta-feira
- d) sábado
- e) domingo

INFORMÁTICA E DADOS

Emannuelle Gouveia

51. Sobre a remoção de programas no Windows é correto afirmar que:

- a) A remoção feita usando diretamente o Windows Explorer faz a desinstalação do programa..
- b) A remoção deve ser feita manualmente, pois não há forma automatizada para remover completamente um programa.
- c) A remoção deve ser feita através da opção “Aplicativos e Recursos”, pois além de apagar apenas as DLLs permitidas, sem interferir no funcionamento de outros programas, ainda realiza a desinstalação.
- d) Não é possível realizar a desinstalação de programas no Windows.
- e) A remoção só pode realizada utilizando softwares próprios dos fabricantes.

52. No Word, um conjunto de formatações já está pré-definido ao entrarmos no ambiente e todos os documentos desenvolvidos receberão essa formatação, caso não haja alguma mudança feita pelo usuário. Esse conjunto de formatações é definido por:

- a) Estilo.
- b) Configurações
- c) Tema.

d) Sumário.

e) Notas.

53. Das letras abaixo, marque a que indica uma referência em que a coluna está relativa e a linha absoluta:

- a) \$D\$2.
- b) \$D2.
- c) D2
- d) D\$2.
- e) 2D.

54. No Powerpoint é possível salvar um arquivo já como uma Apresentação de Slides do Powerpoint. Para isso devemos usar que extensão

- a) pptx.
- b) pdf.
- c) ppt
- d) pptm
- e) ppsx.

55. Consiste na invasão do servidor de DNS da rede, fazendo com que os acessos aos sites sejam direcionados para páginas falsas. Também conhecido como envenenamento de cache DNS. :

- a) Spyware
- b) Ransomware.
- c) Phishing
- d) Pharming.
- e) Cookie.

56. Um usuário apagou os dados de navegação no Google Chrome. Podemos então concluir que ele apagou:

- a) Apenas o seu histórico.
- b) Os formulários e senhas.
- c) Os Favoritos.
- d) os arquivos baixados pelo usuário.
- e) O histórico, os cookies, os arquivos temporários, os formulários e as senhas..

57. O elemento básico utilizado para identificar um registro único em uma tabela é:

- a) Índice.
- b) View.
- c) Chave estrangeira.
- d) Chave primária.
- e) Chave Composta.

58. Das letras abaixo, marque aquela que não representa uma característica do DW:

- a) orientado por assunto.
- b) um conjunto de regras que resolvem um determinado problema.
- c) um conjunto de dados integrados.
- d) não volátil.
- e) variante no tempo.

59. Um Sistema de Informação está sujeito a falhas durante a execução de uma transação. Caso haja uma falha geral do sistema no meio de uma transação e o banco de dados não seja capaz de voltar ao estado original dos dados antes da falha, falamos que ocorreu um problema de:

- a) integridade.
- b) redundância.
- c) ruptura de acesso.
- d) atomicidade.

e) isolamento.

60. Sobre ETL

- a) Apresenta extração e carga obrigatórias no processo e transformações opcionais
- b) Apresenta extração e carga opcionais e transformações obrigatórias.
- c) realiza a carga obrigatoriamente de uma base de origem para uma base de destino
- d) é a parte mais simples e exige o menor esforço no desenvolvimento de um DW.
- e) não executa transformações, como por exemplo corrigir erros de integridade, porque os dados devem ser mantidos como os originais.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

61. Em 01/09/2021, uma entidade pagou antecipadamente o seguro de seus veículos com vigência de três anos, no valor de R\$ 36.000, com início de utilização imediata.

Assinale a opção que indica a contabilização da despesa antecipada com seguro no Balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2021.

- a) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 12.000.
- b) Ativo Circulante: R\$ 16.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- c) Ativo Circulante: R\$ 12.000 / Ativo não Circulante: R\$ 20.000.
- d) Ativo Circulante: R\$ 4.000 / Ativo não Circulante: R\$ 32.000.
- e) Ativo Circulante: R\$12.000 / Ativo não Circulante: 0.

62. A Sociedade Empresária X é do setor de varejo e comercializa suas centenas de produtos com uma

garantia segundo a qual os clientes estarão cobertos pelo custo da reparação de qualquer defeito de fabricação que se tornar evidente dentro do primeiro ano após a compra. A experiência passada da Sociedade Empresária e as expectativas futuras indicam que, para o próximo ano, dos seus produtos vendidos, 40% não apresentarão defeitos, 46% apresentarão defeitos menores e 14% apresentarão defeitos maiores.

Sabe-se que a Sociedade Empresária X irá incorrer:

- Em custos de reparação de R\$ 300.000,00, caso sejam detectados defeitos menores em todos os seus produtos vendidos.
- Em custos de reparação de R\$ 550.000,00, caso sejam detectados defeitos maiores em todos os produtos vendidos.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e a NBC TG 25 (R2) – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, assinale o valor esperado do custo das reparações que a Sociedade Empresária “X” reconheceria como provisão.

- a) R\$ 112.500,00
- b) R\$ 215.000,00
- c) R\$ 400.000,00
- d) R\$ 750.000,00
- e) R\$ 850.000,00

63. No ano de 2022, a sociedade MAVIFOR pagava mensalmente R\$ 10.800 a título de salários a seus empregados.

Em 01/08/2022, a sociedade informou que os salários seriam aumentados para R\$ 12.000, a partir da folha de pagamento de setembro, paga em outubro.

Assinale a opção que indica a despesa com 13º salário, contabilizada pela empresa.

- a) R\$ 1.000 em agosto.
- b) R\$ 1.000 em setembro.
- c) R\$ 2.200 em agosto.

- d) R\$ 1.800 em setembro.
- e) R\$ 900 em outubro.

64. O preço unitário de custo de aquisição das mercadorias revendidas pela Cia. MAVIFOR registrou uma constante redução durante todo o exercício de 2020. Logo, o lucro bruto com mercadorias terá escala ascendente se empregados, pela ordem, os sistemas de avaliação de estoques

- a) UEPS, Média Ponderada Móvel e PEPS.
- b) Média Ponderada Móvel, UEPS e PEPS.
- c) PEPS, Média Ponderada Móvel e UEPS.
- d) PEPS, UEPS e Média Ponderada Móvel.
- e) UEPS, PEPS e Média Ponderada Móvel.

65. Em 02/01/2019, uma instituição adquiriu um ativo intangível no valor de R\$ 100.000, com vida útil de cinco anos.

Em 31/12/2019, a instituição fez um estudo e constatou que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 70.000,00.

Em 31/12/2020, a instituição concluiu, com base em novo estudo feito, que os benefícios gerados nos anos remanescentes seriam de R\$ 74.500,00

Assinale a opção que indica o valor contábil do intangível, em 31/12/2020, considerando que a instituição utiliza o método da linha reta para amortização.

- a) R\$ 60.000,00.
- b) R\$ 62.500,00.
- c) R\$ 70.000,00.
- d) R\$ 80.000,00.
- e) R\$ 100.000,00.

66. Os dados apresentados a seguir são relativos à demonstração dos fluxos de caixa de uma companhia.

- lucro líquido antes do desconto do imposto de renda – R\$ 10.000
- imposto de renda – R\$ 2.000
- amortização – R\$ 1.000
- ganho na venda de imobilizado – R\$ 500
- O imobilizado foi vendido à vista.
- A conta duplicatas a receber aumentou R\$ 1.200, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- A conta fornecedores aumentou R\$ 1.400, do final do período 2019 até o final do período 2020.
- Não houve pagamento de imposto de renda no período.

Nessa situação hipotética, o caixa líquido gerado nas atividades operacionais no período 2020 foi igual a

- a) R\$ 7.500,00.
- b) R\$ 9.700,00.
- c) R\$ 10.000,00.
- d) R\$ 10.200,00.
- e) R\$ 10.700,00.

67. Em 02/01/2022, uma entidade contraiu um financiamento no valor de R\$ 300.000 com vencimento em 31/12/2027.

No contrato do financiamento havia algumas cláusulas a serem cumpridas.

Em 10/12/2022, a entidade comunicou ao banco que não iria cumprir uma das cláusulas contratuais.

Em 29/12/2022, o banco respondeu que não haveria sanções pelo descumprimento da cláusula.

Assinale a opção que indica a classificação do financiamento no balanço patrimonial da entidade, em 31/12/2022.

- a) Ativo realizável a longo prazo.
- b) Passivo circulante.

- c) Resultado de exercícios futuros.
- d) Passivo não circulante.
- e) Reserva de contingências.

68. Suponha-se que uma entidade assine contrato com um cliente para entregar os produtos A, B e C por um valor total de R\$ 300. Sabe-se que se um cliente comprasse esses produtos (A, B e C) isoladamente, pagaria um total de R\$ 340, dado que os preços isolados desses produtos são de R\$ 102, R\$ 170 e R\$ 68, respectivamente.

No que diz respeito ao Produto C, a alocação do preço do contrato total nas obrigações individuais será de:

- a) R\$ 60,00
- b) R\$ 68,00
- c) R\$ 90,00
- d) R\$ 102,00
- e) R\$ 150,00

69. A companhia MAVIFOR possuía um imóvel registrado no imobilizado com valor contábil, em 31/12/22, de R\$ 100.000,00. Referido imóvel havia sido reavaliado, razão pela qual a empresa tinha um saldo em reserva de reavaliação de R\$ 5.000,00. Em 01/01/23, a companhia tira o imóvel de uso e destina para valorização de capital, passando a mensurá-lo pelo valor justo que, na ocasião, era de R\$ 93.000,00. O registro contábil da mudança de uso para valorização:

- a) não afetará o valor do PL
- b) diminuirá o resultado em R\$ 7.000,00
- c) diminuirá o PL em R\$ 7.000,00
- d) diminuirá o resultado em R\$ 5.000,00
- e) diminuirá o valor do PL em R\$ 2.000,00

70. A Cia É LENHA apresentava os seguintes saldos em seu balanço patrimonial de 31/12/2021:

Caixa: R\$ 300.000 e Capital Social: R\$ 300.000.

Em 01/01/2022 a sociedade empresária comprou um veículo por R\$ 60.000 à vista. A vida útil estimada é de dez anos e a sociedade empresária não considerava valor residual. A depreciação do veículo para fins fiscais é de cinco anos.

Ainda no ano de 2022, ela auferiu receitas de serviços no valor de R\$ 150.000. Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 180.000. A sociedade empresária apresentava fortes perspectivas de lucros nos anos seguintes.

No ano de 2023, ela auferiu Receitas de Serviços no valor de R\$ 225.000. Já os custos dos serviços prestados foram de R\$ 195.000.

Em 31/12/2023, o imposto sobre a renda corrente e o imposto sobre a renda diferido da sociedade empresária, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 32, Tributos sobre o Lucro, considerando a alíquota de imposto sobre a renda e a contribuição social fixa de 34%, são, respectivamente,

- a) R\$ 4.284 e R\$ 6.120.
- b) R\$ 4.284 e R\$ 2.040.
- c) R\$ 6.120 e R\$ 2.040.
- d) R\$ 8.160 e zero.
- e) R\$ 4.284 e R\$ 3.876.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

Silvio Sande

71. A empresa ABC adquiriu a vista 05 máquinas por R\$2.400,00 cada uma, com a intenção de revender. Na operação incidência de 20% de ICMS, e de 10% de IPI. A contabilização no livro Diário foi a seguinte:

a) Mercadorias	9.600,00
ICMS a Recuperar	2.400,00
IPI a Recuperar	1.200,00
a Duplicatas a Pagar	13.200,00
b) Mercadorias	11.200,00
ICMS a Recuperar	2.400,00
a fornecedores	13.200,00
c) Mercadorias	9.600,00
ICMS a Recuperar	2.400,00
a Caixa	12.000,00
d) Mercadorias	10.800,00
IPI a Recuperar	1.200,00
a Caixa.	12.000,00
e) Mercadorias	11.200,00
ICMS a Recuperar	2.400,00
a Caixa	13.200,00

72. A Cia. João Pessoa S.A. possuía, em 31/12/2019, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil era composto por:

Valor de custo: R\$1.550.000,00

Perda por impairment (reconhecida em 2018): R\$ 550.000,00

Para elaborar as suas demonstrações contábeis de 2019, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo em 31/12/2019 e obteve as seguintes informações:

Valor em uso: R\$ 1.050.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 880.000,00

Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. de João Pessoa S.A., em 31/12/2019, referente a este ativo foi, em reais, de

- a) 880.000,00.
- b) 950.000,00.
- c) 1.050.000,00.
- d) 1.500.000,00.
- e) 1.550.000,00.

73. Uma empresa tinha em 31/12/2019 dois terrenos utilizados nas suas atividades, sendo que o primeiro terreno estava contabilizado por 200.000,00 e o segundo estava contabilizado por R\$ 100.000,00. Em janeiro de 2020 a empresa realizou uma reestruturação, transferindo os dois terrenos para a conta Propriedades para Investimento, com o objetivo de valorizar o capital.

Em janeiro de 2020, esta empresa Aplicando o valor justo, a empresa constatou que os valores de cada um dos terrenos era de R\$ 150.000,00.

No que diz respeito a alteração patrimonial, assinale a alternativa correta

- a) Não houve impacto no resultado pois houve um ganho e uma perda de igual valor.
- b) Houve um impacto positivo no resultado no valor de R\$ 50.000,00.

c) As alterações ocorridas nos dois terrenos serão ajustadas em outros resultados abrangentes, no PL.

d) Houve um impacto negativo no PL.

e) Houve um impacto negativo no resultado do exercício no valor de R\$ 50.000,00.

74. A empresa S2 possuía uma máquina que estava reconhecida no Balanço Patrimonial em 30/04/2022 com os seguintes valores:

- Máquina: R\$ 220.000,00; e,
- Depreciação acumulada: R\$ 30.000,00.

Tendo em vista que a empresa vai desativar essa linha de negócios, ela resolveu colocar a máquina à venda, classificando como ativo não circulante mantido para venda de acordo com a NBC TG 31. A Máquina está disponível para venda nas condições em que se encontra, sendo que a venda é tida como altamente provável e espera-se que ocorra em até seis meses. Sabe-se que a estimativa de valor de venda desta máquina é de R\$ 180.000,00. As despesas estimadas para se vender a máquina são de R\$ 4.000,00. Considerando exclusivamente tais informações e a NBC TG 31 (R3) – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, informe a conta e o valor que tal ativo deve ser reconhecido em 30/04/2022.

- a) Ativo não circulante mantido para venda (AC) R\$ 176.000,00
- b) Ativo não circulante mantido para a venda (Añc) R\$ 186.000,00
- c) Máquina mantida para venda (AC) R\$ 180.000,00
- d) Máquina mantida para venda (AñC) R\$ 190.000,00
- e) Imobilizado (AñC) 190.000,00

75. Em janeiro de 2019, a Cia. JSL subscreve 80% do capital ordinário da Cia. Coruja, registrando essa Participação Societária, em seus ativos, pelo valor de R\$1.100.000. Nesse mesmo período, a empresa controlada vende à vista para a Cia. JSL estoques no valor de R\$400.000, obtendo nessa transação um lucro de R\$100.000. Ao final desse exercício, o Patrimônio Líquido da controlada ajustado correspondia a R\$1.500.000 e a investidora repassou para terceiros 70% dos estoques adquiridos da Cia. Coruja pelo valor à vista de R\$600.000.

Considerando estas informações, responda à questão.

Ao final de dezembro, no encerramento do exercício social, a Cia. JSL deve efetuar o lançamento contábil de:

- a) débito na conta Resultado de Investimentos a crédito na conta de Participações Societárias – Cia. Coruja no valor de R\$100.000.
- b) débito na conta Participações Societárias – Cia. Coruja a crédito de Receitas de Investimentos no valor de R\$100.000.
- c) débito na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial a crédito de Participações Societárias – Cia. Coruja no valor de R\$70.000.
- d) débito na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial a crédito de Participações Societárias – Cia. Coruja no valor de R\$30.000.
- e) débito na conta de Participações Societárias – Cia. Coruja a crédito de Resultado de Equivalência Patrimonial no valor de R\$70.000.

76. Considere os dados extraídos das demonstrações contábeis da empresa SS S.A. referente ao exercício financeiro de 2019 :

Descrição	R\$ (mil)
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	
Com Reservas de Lucros	50.000,00
Por integralização em dinheiro	100.000,00
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (credora)	
	12.000,00
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	
	250.000,00
DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:	
Transferências para reservas	
Reserva Legal	12.500,00
Reserva Estatutária	40.000,00
Reserva para Contingências	50.000,00
Dividendos Adicionais Propostos	22.500,00
Dividendo Mínimo Obrigatório	125.000,00

Com base nestas informações, o aumento no saldo do Patrimônio Líquido em 2019 foi, em milhares de reais, de

- a) 264.500,00.
- b) 158.000,00.
- c) 225.500,00.
- d) 213.500,00.
- e) 237.000,00.

77. Determinada empresa efetuou as seguintes transações no primeiro semestre de 2020:

- Integralização de capital social, por meio de um imóvel, no valor de R\$ 500.000,00.
 - Compra de estoque à vista, por R\$ 50.000,00.
- Aquisição de ações em tesouraria, por R\$ 20.000,00
 - Compra de automóvel à vista, por R\$ 40.000,00.
- Recebimento de dividendos, no valor de R\$ 25.000,00
 - Compra de móveis, para pagamento em agosto de 2021, por R\$ 30.000,00.
- Pagamento de empréstimo bancário, no valor de R\$ 8.000,00.
- Pagamento dos salários de funcionários, no valor de R\$ 4.000,00.
- Resgate de debêntures no valor de R\$ 36.000,00.
- Pagamento de dividendos, no valor de R\$ 15.000,00.

Considerando as transações acima, o Fluxo de Caixa de Financiamento no semestre, evidenciado em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa, foi de

- a) Consumo de R\$ 59.000,00.
- b) Consumo de R\$ 64.000,00.
- c) Consumo de R\$ 79.000,00.
- d) Consumo de R\$ 82.000,00.
- e) Geração de R\$ 3.000,00.

78. Em 31/12/2021, uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial:

Ativo		Patrimônio Líquido	
Caixa	200.000	Capital Social	180.000
Máquinas	100.000	Reserva de Lucros	120.000
Ativo Total	300.000	PL Total	300.000

A máquina possui vida útil de 10 anos e possui um valor residual de 18.000.

A sociedade empresária construiu, de 01/01/21 a 30/06/21, uma máquina para utilizar em seus negócios.

A sociedade empresária incorreu nos seguintes custos na produção:

materiais: R\$ 100.000;

mão de obra: R\$ 200.000, sendo R\$ 150.000 com funcionários próprios, e R\$ 50.000, com funcionários terceirizados.

Além disso, utilizou a máquina que a empresa possuía durante o processo de produção. Ainda, contraiu um financiamento de longo prazo em um banco, no valor de R\$ 50.000, com juros de 12 % ao semestre, para a construção da máquina.

Assinale a opção que indica o valor adicionado a distribuir da sociedade empresária, considerando apenas esses fatos.

- a) R\$ 75.000.
- b) R\$ 80.000.
- c) R\$ 105.000.
- d) R\$ 107.000.
- e) R\$ 156.000.

79. A Companhia S2 S.A. está fechando seu exercício social de 2021, e recebeu algumas informações do departamento fiscal:

Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 600.000,00

Adições Temporárias: R\$ 60.000,00

Adições Definitivas: R\$ 40.000,00

Exclusões Temporárias: R\$ 20.000,00

Exclusões Definitivas: R\$ 100.000,00

Sabe-se que a alíquota do IRPJ/CSLL é de 34%. Sabe-se também que a entidade tem o direito legal de compensar os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Correntes, e os saldos de Ativo Fiscal e Passivo Fiscal Diferidos, conforme orientações do Pronunciamento Técnico CPC 32.

Sendo assim, qual é o total, em reais, a ser registrado como IR corrente e IR diferido, respectivamente, na Demonstração do Resultado apresentada pela Companhia?

- a) 183.600,00 e 20.400,00
- b) 183.600,00 e 6.800,00
- c) 197.200,00 e 6.800,00
- d) 197.200,00 e 13.600,00
- e) 217.600,00 e 13.600,00

80. Uma empresa produz e vende exclusivamente um produto. Seu preço de venda é de R\$ 500,00 e a soma de seus custos e despesas variáveis unitários é de R\$ 300,00.

Os custos fixos da empresa, em março de 2021, foram de R\$ 30.000,00 e as despesas administrativas de R\$ 15.000,00.

Além disso, os sócios exigem da empresa lucro líquido de R\$ 75.000,00.

Assinale a opção que indica o ponto de equilíbrio econômico da empresa, em março de 2021, considerando alíquota de imposto sobre a renda e contribuição social de 25%.

- a) R\$ 725.000,00.

- b) R\$ 362.500,00.
- c) R\$ 158.333,33.
- d) R\$ 186.111,11.
- e) R\$ 408.333,33.

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

Gilmar Possati

81. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) caracteriza-se por ser uma das maiores inovações surgidas na seara pública. Nesse contexto, considerando o mecanismo utilizado para consolidar as contas públicas previstas pelo PCASP, as contas das operações que compreendem os saldos a serem excluídos dos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) de um mesmo ente, devem ser identificadas pelo dígito

- a) 1 (consolidação)
- b) 2 (intra OFSS)
- c) 3 (inter OFSS – União)
- d) 4 (inter OFSS – Estado)
- e) 5 (inter OFSS – Município)

82. Tendo como base a NBC TSP – Estrutura Conceitual, assinale a opção que descreve corretamente a característica qualitativa relacionada ao fato de que dois observadores esclarecidos e independentes podem chegar ao consenso geral, mas não necessariamente à concordância completa, em que o reconhecimento apropriado, a mensuração ou o método de representação foi aplicado sem erro material ou viés:

- a) relevância.
- b) representação fidedigna.
- c) compreensibilidade.
- d) suportabilidade.
- e) comparabilidade.

83. À luz do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), considere os seguintes eventos:

I - uma secretaria de educação elaborou um relatório sobre operações de uma escola rural indicando que um equipamento de retroprojeção usado pela escola sofreu redução ao valor recuperável, devido seu custo de manutenção ter excedido significativamente aquele incluído no orçamento original.

II - uma secretaria de saúde identificou que um equipamento de diagnóstico médico raramente é usado, pois houve a aquisição de uma nova máquina que incorpora uma tecnologia mais avançada e fornece resultados mais exatos.

III - uma secretaria de meio ambiente identificou que uma estação de tratamento de resíduos sólidos não pode ser usada, pois não se encaixa nos novos padrões ambientais previstos pela legislação, sendo seu custo de adequação superior ao valor recuperável.

São exemplos de fontes externas de informação a serem consideradas na avaliação de que o ativo não gerador de caixa possa ser objeto de redução ao valor recuperável:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

84. De modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por quadros. As opções a seguir indicam os quadros que compõem o balanço patrimonial, **à exceção de um**. Assinale-o:

- a) Quadro Principal
- b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
- c) Quadro das Contas de Compensação (controle)

- d) Quadro do Superavit / Deficit Financeiro
- e) Quadro do Superavit / Deficit Permanente

85. A principal finalidade da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informações para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão, sendo que as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) são atributos que tornam a informação útil para os usuários.

Considerando as disposições tratadas na NBC TSP – Estrutura Conceitual, quando uma informação tempestiva é apresentada nos relatórios, um auditor deverá considerar que

- a) essa informação possibilita que usuários identifiquem semelhanças e diferenças entre dois fenômenos, não sendo aprimorada ao se fazer com que coisas distintas pareçam semelhantes ou vice-versa.
- b) essa informação permite que os usuários compreendam o seu significado, de modo que a informação corresponda às necessidades e à base do conhecimento dos usuários, bem como a natureza da informação apresentada.
- c) essa informação aprimora a sua utilidade como insumo no processo de prestação de contas e responsabilização, além da sua capacidade de informar e influenciar os processos decisórios.
- d) essa informação representa fielmente um fenômeno econômico, a qual pode não corresponder, necessariamente, à sua forma jurídica, sendo alcançada quando completa, neutra e isenta de erros materiais.
- e) essa informação assegura aos usuários que as informações contidas nos relatórios contábeis representam fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar, não necessitando ser um ponto único estimado.

86. O Estado Audazes do Sul possui participação societária na Cia. Audazes Corujas avaliada ao método do custo.

À luz das disposições contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), o estado deverá

- a) reconhecer as distribuições provenientes do rendimento como outras receitas correntes.
- b) reconhecer as distribuições provenientes do rendimento como receitas de investimentos.
- c) reconhecer os rendimentos na medida em que forem sendo distribuídos pela investida.
- d) reconhecer os rendimentos independentes de ocorridos ou não o fato gerador.
- e) reconhecer os rendimentos na medida em que receber as distribuições de lucros.

87. A despesa para o exercício de 20x2 da Universidade Estadual de Audazes do Sul corresponde ao montante de R\$ 42 milhões de reais. Sabe-se que, até o encerramento do exercício financeiro, houve o empenho de 70% das despesas devidamente autorizadas. Além disso, dentre essas despesas do exercício 20x2, os gastos com a manutenção de veículos ao longo do exercício montavam o valor de R\$ 3,2 milhões de reais, sendo totalmente liquidados e pagos no exercício corrente.

À luz desse entendimento, foi levantado que 40% das demais despesas foram liquidadas e pagas, fazendo com que um analista registre como restos a pagar o valor de

- a) R\$ 29.400.000.
- b) R\$ 13.680.000.
- c) R\$ 15.720.000.
- d) R\$ 10.480.000.
- e) R\$ 3.200.000.

88. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) define como ativo o recurso controlado no presente pela entidade como resultado de evento passado.

O controle do recurso envolve a capacidade da entidade em utilizar o recurso de modo que haja a geração do potencial de serviços para o cumprimento dos seus objetivos de prestação de serviços.

À luz desse entendimento, um auditor de determinado Ente recebeu uma ordem de serviço a fim de verificar se o ente controla o recurso no presente, devendo observar a existência dos seguintes indicadores:

- I. a existência de direito legítimo ao potencial de serviços.
- II. a capacidade de restringir o acesso ao recurso.
- III. os meios que o recurso seja utilizado para alcançar os seus objetivos.
- IV. a propriedade legal.

Após análise dos itens, assinale a opção correta.

- a) somente os itens I, II e III devem ser observados como indicadores de recursos pelo auditor, restando o item IV como uma característica essencial para o reconhecimento do ativo.
- b) somente os itens II e IV devem ser observados como indicadores de recursos pelo auditor, restando os itens I e III não conclusivos acerca do controle.
- c) somente os itens II e III devem ser observados como indicadores de recursos pelo auditor, restando os itens I e IV não conclusivos acerca do controle.
- d) todos os itens devem ser observados pelo auditor como indicadores de recursos, mesmo não sendo conclusivos acerca do controle.
- e) todos os itens devem ser observados como indicadores de recursos pelo auditor, sendo conclusivos acerca do controle.

89. Obedecidas todas as condições previstas nas normas aplicáveis, os recursos de tributos recebidos antes da ocorrência do fato gerador são reconhecidos como:

- a) variação patrimonial aumentativa.
- b) um passivo.
- c) um ativo contingente.
- d) uma variação patrimonial independente da execução orçamentária.
- e) um passivo contingente.

90. Além do quadro principal, a Demonstração dos Fluxos de Caixa é composta por quadros anexos. As opções a seguir indicam esses quadros, **à exceção de uma**. Assinale-a:

- a) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas
- b) Quadro de Desembolsos de Operações Descontinuadas
- c) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função.
- d) Quadro de Juros e Encargos da Dívida
- e) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

91. Determinado parlamentar da Câmara de Vereadores de Audazes dos Pampas, ao analisar a Estrutura Conceitual, verificou que a finalidade da mensuração é selecionar bases que reflitam, de maneira adequada, os custos dos serviços, a capacidade operacional e a capacidade financeira, que seja útil para prestar contas e responsabilização (*accountability*), para que os usuários da informação possam tomar suas decisões. Ao verificar que uma dessas bases corresponde ao preço líquido de venda, o parlamentar consultou um analista legislativo da câmara que, com base na NBC TSP – Estrutura Conceitual, respondeu corretamente que

- a) fornece informação útil quando a entidade estiver obrigada contratualmente a vender o ativo abaixo

do valor de mercado, indicando, ainda, uma oportunidade de negócios.

- b) é o montante que a entidade pode obter com a venda do ativo após incluir os gastos para a venda.
- c) é análogo ao valor de mercado, exigindo que o mercado aberto inclua os gastos para a venda da entidade, sendo, portanto, a estimativa de preço em tal mercado.
- d) o ativo pode valer menos para a entidade do que o montante que ela poderia obter na venda do ativo.
- e) é apropriado como base de mensuração se a entidade for capaz de utilizar os seus recursos de maneira mais eficiente ao empregar o ativo de outra maneira.

92. As receitas públicas orçamentárias compreendem as disponibilidades de recursos em posse do ente público, além de serem fontes utilizadas pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. À luz do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), são consideradas como receitas orçamentárias, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- a) recebimento de taxas pela prestação de serviços em relação a limpeza urbana.
- b) recebimento de contribuição pela valorização imobiliária decorrente de obras públicas.
- c) recebimento de aluguel decorrente da fruição com imóveis.
- d) recebimento de valores pela prestação de serviços em relação a serviços hospitalares.
- e) recebimento de depósito, na forma de caução, para participação em processo licitatório.

93. Quanto à mensuração de ativos e passivos do setor público em conformidade com o disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) analise as assertivas a seguir:

I - Reavaliações frequentes são desnecessárias para itens do ativo que não sofrem mudanças significativas no valor justo.

II - Quando adquiridos conjuntamente, terrenos e edifícios devem ser contabilizados de forma agregada, caracterizando-se como um ativo único.

III - Na prática, o valor residual de um ativo é usualmente insignificante e imaterial na determinação do valor depreciável.

Está (ão) correta(s):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

94. O Estado Audazes do Sul concedeu um benefício a pequenos produtores de soja na forma de redução de taxa de juros para a aquisição de equipamentos agrícolas. Estima-se que, em decorrência do subsídio concedido, o estado deverá pagar ao final de 8 (oito) anos um total de R\$ 13.800.000,00, incorrendo em despesas financeiras um montante total de R\$ 1.200.000,00, considerando-se como base a taxa Selic. Nesse sentido, o estado deverá:

- a) provisionar o valor correspondente ao valor justo do desembolso total ao final dos 8 (oito) anos que são exigidos para liquidar a obrigação.
- b) reconhecer na data da concessão inicial o valor das despesas financeiras como variações patrimoniais diminutivas financeiras, com impacto negativo no resultado patrimonial do exercício.
- c) ajustar ao longo do tempo a provisão, inicialmente reconhecida pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam exigidos para liquidar a obrigação.

d) reconhecer o valor como um passivo contingente, considerando-se que a taxa Selic deve variar ao longo dos 8 (oito) anos e, portanto, a operação depende de evento futuro incerto.

e) reconhecer o valor como saída de caixa das atividades de financiamento no âmbito da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

95. Ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado, os responsáveis pela elaboração das demonstrações devem levar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, dentro de um período mínimo de doze meses, não se limitando a esse período, a partir da data de aprovação das demonstrações contábeis.

Ao lidar com essa situação, um analista contábil da Defensoria Pública do Estado Gama, responsável pela elaboração das demonstrações contábeis desse órgão, precisa considerar uma ampla quantidade de fatores relacionados ao pressuposto da continuidade. As opções a seguir indicam esses fatores, **à exceção de um**. Assinale-o.

- a) reestruturações potenciais já anunciadas de unidades organizacionais.
- b) probabilidade de financiamento contínuo do governo.
- c) desempenho atual e esperado.
- d) compreender as transações, outros eventos e condições que tenham ocorrido.
- e) outras fontes potenciais de refinanciamento.

AUDITORIA E CONTROLE*Guilherme Santanna*

96. Um planejamento adequado é benéfico para a auditoria das demonstrações contábeis de várias maneiras, inclusive para:

- a) auxiliar o auditor a aplicar os procedimentos de auditoria de forma apropriada e suficiente
- b) auxiliar o auditor a identificar e resolver objetivamente problemas potenciais
- c) auxiliar o auditor a organizar a coleta de evidências para que o trabalho seja realizado de forma eficaz e eficiente
- d) auxiliar na seleção dos membros da equipe de trabalho com níveis apropriados de capacidade e competência para responderem às evidências encontradas e na alocação apropriada de tarefas
- e) auxiliar, se for o caso, na coordenação do trabalho realizado por outros auditores e especialistas

97. No decorrer da realização de um trabalho de auditoria, um auditor estava analisando o saldo de contas a pagar da entidade auditada.

Diante da necessidade de confirmar a existência de um crédito com um fornecedor, o auditor deve

- a) aplicar procedimentos de conciliação bancária com contas a pagar.
- b) examinar evidências internas da firma.
- c) solicitar confirmação positiva para obter evidência de melhor qualidade
- d) examinar os registros contábeis e a documentação hábil.
- (e) realizar procedimentos analíticos nos saldos de contas a pagar e de créditos de liquidação duvidosa.

98. No relatório do auditor independente, a seção base para opinião deve:

- a) referenciar a seção que descreve as responsabilidades do auditor, segundo as normas de auditoria

- b) fazer referência às notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis
- c) afirmar que as demonstrações contábeis foram auditadas
- d) especificar a data ou o período de cada demonstração que compõe as demonstrações contábeis
- e) declarar se o auditor acredita que a evidência de auditoria obtida por ele não é suficiente e apropriada para fundamentar sua opinião

99. Nos termos da NBC TA 315 (R2), o auditor deve planejar e realizar procedimentos de avaliação de riscos para obter evidência de auditoria que forneça uma base adequada para a identificação e a avaliação dos riscos de distorção relevante. Nesse contexto, segundo o normativo supracitado, os procedimentos de avaliação de risco devem incluir, EXCETO:

- a) indagações junto à administração e a outros indivíduos apropriados da entidade, incluindo indivíduos da função de auditoria interna (caso essa função exista)
- b) confirmação externa
- c) procedimentos analíticos
- d) observação
- e) inspeção

100. A observação direta é uma técnica de coleta de dados ou informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. A forma da observação direta em que o pesquisador está mais livre, sem fichas ou listas de registro, havendo ou não o registro formal das informações obtidas, é denominada:

- a) não registrada;
- b) identificada;
- c) não identificada;
- d) sistemática;
- e) assistemática

101. Em geral, os relatórios de auditoria apresentam a opinião do auditor. Quando o relatório é utilizado para transmitir o nível de asseguração, a opinião deve ser apresentada em um formato padronizado. Assim, quando o auditor for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto auditado, que podem ser relevantes e generalizados, ele deve emitir uma opinião:

- a) modificada com ressalva
- b) não modificada
- c) modificada com abstenção de opinião
- d) modificada adversa
- e) não modificada qualificada

102. De acordo com as especificidades do objeto e do escopo do trabalho de auditoria, essa pode ser classificada em diversos tipos. A atividade de auditoria definida como um processo de se avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública é classificada como auditoria:

- a) operacional
- b) de regularidade
- c) de demonstrações contábeis
- d) de compliance
- e) especial

103. Todas as auditorias no setor público contam com os mesmos elementos básicos, são eles:

- a) situação ou condição, critério, causa e efeito
- b) validade, confiabilidade, relevância e suficiência
- c) o auditor, a parte responsável e os usuários previstos, os critérios para avaliar o objeto e a informação resultante da avaliação do objeto.
- d) planejamento, execução, relatório e monitoramento
- e) levantamento, inspeção, acompanhamento e inspeção

104. As auditorias _____ são sempre trabalhos de certificação, uma vez que são baseadas em informações apresentadas pela parte responsável. As auditorias _____ são, normalmente, trabalhos de relatório direto. As auditorias _____ podem ser trabalhos de certificação, de relatório direto ou ambos ao mesmo tempo.

Assinale a assertiva que preenche corretamente as lacunas:

- a) Financeiras - operacionais - de conformidade.
- b) Operacionais - financeiras- de conformidade.
- c) De conformidade - operacionais - financeiras.
- d) De conformidade - financeiras - operacionais.
- e) Financeiras - de conformidade - operacionais.

105. Na auditoria de conformidade, existem dois níveis de asseguração: o **primeiro** transmite que, na opinião do auditor, o objeto está ou não em conformidade, em todos os aspectos relevantes, com os critérios estabelecidos. O **segundo** transmite que nada veio ao conhecimento do auditor para fazê-lo acreditar que o objeto não está em conformidade com os critérios.

Os níveis de asseguração acima comentados são, respectivamente:

- a) positivo e negativo
- b) específico e pontual
- c) de conformidade e operacional
- d) relevante e confiável
- e) razoável e limitada

106. As NBASP apresentam os princípios de auditoria do setor público em dois grupos. Assinale-os.

- a) Internos e externos.
- b) Éticos e operacionais.
- c) Gerais e relacionados ao processo de auditoria.
- d) Fundamentais e de melhoria.
- e) Abrangentes e específicos.

107. Nos termos das normas da INTOSAI, são considerados valores éticos fundamentais, EXCETO:

- a) Integridade – agir honestamente, confiavelmente, de boa fé e no interesse público;
- b) Independência e objetividade – ser livre de circunstâncias ou influências que afetem ou possam ser vistas como capazes de afetar o julgamento profissional e de agir de maneira imparcial e sem viés;
- c) Competência – adquirir e manter conhecimentos e habilidades adequados ao papel, agir de acordo com as normas aplicáveis e com o devido zelo;
- d) Ceticismo profissional – cumprir as leis, os regulamentos e as convenções aplicáveis, e evitar qualquer conduta que possa desacreditar a EFS;
- e) Confidencialidade e transparência – proteger adequadamente a informação, equilibrando isso com a necessidade de transparência e accountability.

108. Como uma instituição de _____, a Entidade Fiscalizadora Superior tem a tarefa de verificar a efetividade do(a) _____. Se o(a) _____ for considerada efetiva, esforços serão empreendidos, sem prejuízo do direito da Entidade Fiscalizadora Superior de conduzir uma auditoria geral, no sentido de garantir a mais adequada divisão ou designação de tarefas e cooperação.

Assinale a assertiva que preenche corretamente as lacunas:

- a) Auditoria externa - auditoria interna - auditoria interna.
- b) Auditoria interna - auditoria externa - auditoria interna.
- c) Auditoria externa - auditoria interna - auditoria externa.
- d) Auditoria interna - auditoria externa - auditoria externa.

e) Auditoria externa - controle interno - controle interno.

109. Avalie os itens a seguir acerca dos papéis de trabalho de auditoria:

- I. A documentação de auditoria deve ser suficiente para que um auditor experiente entenda, dentre outros, o nível do risco do trabalho.
- II. Após a montagem do arquivo final de auditoria, é possível que sejam feitas alterações de natureza administrativa na documentação, como por exemplo apagar ou descartar documentação superada.
- III. O auditor pode incluir resumos ou cópias de registros da entidade (contratos e acordos significativos e específicos, por exemplo) como parte da documentação de auditoria. Essas cópias e registros, no entanto, não substituem os registros contábeis da entidade.
- IV. A documentação de auditoria tem como finalidade adicional permitir que a equipe do trabalho possa ser responsabilizada por eventuais erros e desvios cometidos.

Estão corretos:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I e II
- e) III e IV

110. Assinale a alternativa que, baseado nas normas de auditoria, indica um dos elementos que compõem o ambiente de controle interno.

- a) Valores de ética e integridade.
- b) Segregação de funções.
- c) Forças e fraquezas.
- d) Riscos e oportunidades.
- e) Novas normas contábeis.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

111. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Tributos são obrigações que possuem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.

III-) A depender do tributo, ele pode ser cobrado mediante atividade administrativa vinculada ou discricionária.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

112. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) o seu valor arrecadado será utilizado para financiar a obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

113. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de Lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

114. A Igreja Batista de Belo Horizonte alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

115. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.

II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.

III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

116. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 20% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

117. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a

posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.

II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.

III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

118. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

119. As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

120. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Luciana Marinho

121. Os princípios são normas gerais que, pela sua relevância, abrangência e valor intrínseco, fundamentam o sistema jurídico. Permitem a interpretação de situações concretas com base nos fins a que se destinam a norma. Desde seus primórdios, a instituição orçamentária foi cercada de uma série de princípios e regras com a finalidade de aumentar-lhe a consistência no cumprimento de sua principal finalidade política: auxiliar o controle parlamentar sobre o governo. Nesse contexto, marque a alternativa que indica o princípio orçamentário que estabelece que a LOA não disciplinará sobre assunto que não seja previsão da receita e à fixação da despesa.

- a) Princípio da Exclusividade
- b) Princípio do orçamento bruto
- c) Princípio da não afetação das receitas
- d) Princípio da Universalidade
- e) Princípio da Legalidade

122. As emendas feitas ao Orçamento Geral da União, denominado de Lei Orçamentária Anual (LOA) – enviada pelo Executivo ao Congresso anualmente –, são propostas por meio das quais os parlamentares podem opinar ou influir na alocação de recursos públicos em função de compromissos políticos que assumiram durante seu mandato, tanto junto aos estados e municípios quanto a instituições. Tais emendas podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo.

Fonte: Agência Senado

De acordo com a Constituição, as emendas parlamentares individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) serão aprovadas em termos de percentual da receita corrente líquida (RCL) em:

- a) 1,0% da RCL arrecadada no exercício anterior, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- b) 1,2% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinado a ações e serviços públicos de saúde;
- c) 1,2% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde;
- d) 2,0% da RCL prevista no PLOA, sendo 0,6% destinado a ações e serviços públicos de saúde;
- e) 2,0% da RCL do exercício anterior ao do encaminhamento do projeto, sendo 50% destinados a ações e serviços públicos de saúde.

123. Um determinado deputado, ao examinar o projeto de Lei Orçamentária Anual apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, optou por apresentar uma emenda parlamentar totalmente coerente com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Todavia, para apresentá-la, deveria ter indicado os recursos necessários. De acordo com a CF/88, esses recursos podem advir da anulação de despesas que digam respeito a:

- a) dotações para despesa com pessoal;
- b) dotações para o serviço da dívida;
- c) dotações para investimentos;
- d) transferências tributárias para outros Estados;
- e) dotações para encargo de pessoal.

124. Antes de se apresentar e sua forma mais moderna, o orçamento público sofreu modificações ao longo do tempo. E essa evolução se apresenta revestidas em forma de espécies orçamentárias. Sendo assim, os tipos de orçamentos público tem como característica:

- a) o orçamento por desempenho é o tipo de orçamento adotado pela legislação financeira brasileira e representa a manutenção, ano após ano, da mesma estrutura do orçamento anterior, com ajustes marginais nas receitas previstas e despesas autorizadas.
- b) adotado no Brasil, o orçamento-programa busca dar ênfase aos objetivos finais a serem perseguidos pela ação do Estado, vinculando o planejamento estatal com a autorização das despesas no orçamento.
- c) o orçamento base zero consiste na técnica de codificação dos subelementos de despesas orçamentárias por meio da utilização de sequências numéricas iniciadas com o dígito zero, seguidas da classificação funcional da despesa.
- d) o orçamento clássico, adotado no Brasil, baseia-se na ausência de correlação entre as despesas autorizadas em anos seguidos, revendo-se, na integralidade, a cada ano, o mérito de cada ação

orçamentária e a disponibilidade de recursos para seu financiamento.

- e) o orçamento-programa visa a promover incentivos às unidades orçamentárias, por meio da ampliação dos recursos destinados a ações com bom desempenho em anos anteriores, colocando ênfase no objeto do gasto público.

125. A espécie de orçamento que caracteriza-se por uma estrutura que dá ênfase aos aspectos contábeis e por considerar, na sua elaboração, as necessidades financeiras das unidades organizacionais, corresponde ao orçamento

- a) orçamento – programa.
- b) Orçamento por desempenho.
- c) Orçamento tradicional.
- d) Orçamento por realizações.
- e) orçamento por resultado.

126. São despesas cujas obrigações referem-se a exercícios findos, que não foram sequer empenhadas, ou tiveram seus empenhos cancelados. Trata-se de

- a) restos a pagar.
- b) restituições orçamentárias.
- c) restos a pagar processado.
- d) despesas de exercícios anteriores.
- e) despesas de custeio.

127. No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar e constituirão

- a) dívida externa.
- b) a dívida ativa.
- c) as despesas de exercícios anteriores.
- d) os créditos da fazenda pública.
- e) a dívida flutuante.

128. Constituem restos a pagar não processados as despesas que foram

- a) empenhadas, liquidadas e não pagas no exercício.
- b) empenhadas, liquidadas e pagas no exercício.
- c) empenhadas e não liquidadas no exercício.
- d) empenhadas em despesas de exercícios anteriores.
- e) empenhadas, pagas e registradas no exercício.

129. Compreende as metas e prioridades da Administração Pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento, a lei

- a) do plano plurianual.
- b) geral do orçamento.
- c) de diretrizes orçamentárias.
- d) de responsabilidade fiscal.
- e) de política orçamentária nacional.

130. A partir da Constituição Federal, de 1988, passa a ser determinante estabelecer, de forma regionalizada, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes por intermédio

- a) da LDO.
 - b) do Orçamento Anual.
 - c) da Lei de Responsabilidade Fiscal.
 - d) do Plano Plurianual.
 - e) do Orçamento Base Zero.
-

Discursiva

A estrutura conceitual estabelece os conceitos que dão fundamento ao processo de elaboração e posterior divulgação dos Relatórios Contábeis das Entidades do Setor Público, devendo tais relatórios ser elaborados com base no regime de competência. Os relatórios contábeis podem compreender múltiplos relatórios, cada qual atendendo a aspectos dos objetivos e do alcance da elaboração e divulgação da informação contábil. No escopo dessas informações, estão as demonstrações contábeis das entidades públicas, os demonstrativos fiscais e outros dados que aprimoram e complementam os relatórios.

Para a elaboração de referidos relatórios, faz-se necessária a observância das características qualitativas da informação que neles deve estar presente. Tais características representam os atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Tendo as informações do texto precedente como referência inicial, redija um texto dissertativo que atenda ao que se pede a seguir.

- a) Comente sobre os objetivos almejados pela administração pública na divulgação dos relatórios contábeis (cite três deles).
- b) Cite e conceitue as características qualitativas que devem estar presentes nos relatórios contábeis das entidades públicas.
- c) Discorra sobre no mínimo quatro demonstrações contábeis que devem ser divulgadas pelas entidades do setor público para conhecimento dos usuários em geral.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
